



Interface - Comunicação, Saúde, Educação

ISSN: 1414-3283

intface@fmb.unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho
Brasil

Correia, Tiago

Interpretação e validação científica em pesquisa qualitativa

Interface - Comunicação, Saúde, Educação, vol. 17, núm. 45, abril-junio, 2013, pp. 263-274

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180127931002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Interpretação e validação científica em pesquisa qualitativa*

Tiago Correia¹

CORREIA, T. Interpretation and scientific validation in qualitative research. *Interface (Botucatu)*, v.17, n.45, p.263-74, abr./jun. 2013.

This paper focuses on methodological implications linked to comprehensive and phenomenological epistemology and proposes mechanisms for its scientific validation. To seek in individuals the guiding meaning of their actions ("what I do" and "why I do it"), challenges the scientific practice, namely the conditions for knowledge production and the access to and interactions with individuals. Especially regarding intensive-qualitative methodological strategies, not only researchers are observed as they observe, but also need to know how to deconstruct narratives shielded by common ideas. The solution lies in a methodological articulation involving the capability to equate contextual objective conditions with individuals' production of meaning of action. In these cases, scientific validation closely links to rationalizing about the conditions of access and stay in the empirical field, as well as about individuals' production of their discourse, for which we propose strategies to better rationalize and deal with the role of interpretation in scientific praxis.

Keywords: Interpretation. Epistemology. Qualitative Research. Scientific validation.

Discutem-se implicações metodológicas da epistemologia compreensiva e fenomenológica e mecanismos para a sua validação científica. Procurar nos indivíduos os sentidos orientadores da ação ('o que faço' e 'por que faço') dá visibilidade a desafios da prática científica, nomeadamente as condições de produção do conhecimento e o acesso e interações com o objeto de estudo. Especialmente no caso de estratégias metodológicas intensivas, não só o investigador transita para uma interação onde a observação recai, também, sobre si, como tem de saber como desconstruir narrativas blindadas por ideias comuns. A solução reside numa articulação metodológica capaz de associar, à produção individual de sentido da ação, as condições objetivas do contexto. Nestes casos, a validação científica está intimamente ligada à racionalização sobre as condições de acesso e permanência no campo empírico e sobre a produção discursiva, apresentando-se estratégias mais racionalizadas e aptas a lidarem com a interpretação.

Palavras-chave: Interpretação. Epistemologia. Pesquisa qualitativa. Validação científica.

* Elaborado com base em Correia (2012).

¹ Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Av. das Forças Armadas. Lisboa, Portugal. 1649-026. tiago.correia@iscte.pt

Introdução

Este artigo reflete sobre as implicações para a validação científica no uso de metodologias qualitativas². No âmbito da epistemologia compreensiva e fenomenológica que assumem a interpretação como inerente às relações sociais, questões de prática científica têm de ser colocadas, nomeadamente ao nível da produção de conhecimento e interações mantidas com o objeto de estudo. Quer isto dizer que um programa científico que submete a produção de conhecimento ao sujeito conoscente – neste caso, em oposição à herança positivista e hegeliana parcialmente encontrada em Durkheim e Marx – terá implicações de fundo sobre a relação observador e observado. O objeto de estudo assume, assim, um estatuto que ultrapassa a visão de objeto preso à mera passividade e reprodução não consciente de influências sociais, dando corpo às dimensões inerentes a um sujeito. Sumariamente, as implicações metodológicas que serão debatidas prendem-se com a racionalização que o investigador deve operar sobre: 1) a verdade dos factos que documenta e analisa (verdade factual ou verdade processual); 2) as dinâmicas de interação com o seu objecto de estudo.

Esta questão assume uma importância incontornável na construção do conhecimento científico, ainda que habitualmente seja omitida ou ignorada. Se, por um lado, a validação científica, tal como foi definida desde os tempos de Kant ou Galileu, depende de critérios de sistematicidade e operacionalidade que a noção da interpretação e do sujeito podem desafiar; por outro, a maturidade do capital científico sobre metodologias qualitativas e do campo da epistemologia permite encontrar soluções para manter intocáveis aqueles princípios que definem a objectividade científica. Como veremos, a discussão apresentada procura explicitar em que medida a interpretação, além de não constituir essa barreira à cientificidade, pode, em certo sentido, enriquecer a produção de conhecimento científico.

No fundo, este texto procura servir como uma base de discussão epistemológica sistematizada e operacional no uso de metodologias qualitativas à semelhança do que é proposto nos mais diversos manuais de metodologias quantitativas. Sem que se defenda uma construção fechada, padronizada ou apriorística das técnicas qualitativas, enumera-se um conjunto de estratégias com potencialidades heurísticas, ou seja, que podem contribuir para um entendimento generalizado e críticos sobre esses procedimentos.

Algumas considerações sobre a epistemologia em sociologia

Recuando à epistemologia kantiana de finais do século XVIII, na base da ciência moderna, a operação científica traduz uma rutura com a observação imediata e direta do mundo conduzida pela abstração racionalizada do real. Trata-se da construção de uma outra realidade ordenada por representações gerais e abstratas que dão um outro sentido ao mundo observável mas invisível que se denominou por racionalismo científico (para sínteses vd. Javeau, 1997; Silva, 1988; Silva, Pinto, 1986).

À parte de modos diversificados como a condição científica evoluiu no tempo e entre as várias disciplinas, e olhando especificamente para o caso da sociologia, a noção de ciência foi sendo compatibilizada tanto com as visões processualistas (noção de construção), como com a coexistência de diferentes bases epistémicas. Não ignorando outras epistemologias centrais no pensamento sociológico, Durkheim (1968) e Weber (1983) sustentam duas correntes ainda hoje fundamentais neste campo de conhecimento. A génese de ambos os autores

² Este texto resulta de uma versão revista e aprofundada de uma comunicação apresentada no V Congresso Ibero-Americano de Pesquisa Qualitativa em Saúde, decorrida em outubro de 2012, como produto de uma pesquisa de sociologia médica sobre novas experiências de gestão hospitalar e as consequências para a profissão médica. Deixo um agradecimento aos revisores anónimos pela leitura atenta à versão inicial do manuscrito.

encontra um tronco comum na formulação kantiana que Durkheim desenvolve com elementos do positivismo de Augusto Comte, enquanto Weber faz confluir na sua proposta a crítica positivista e hegeliana, ao considerar o papel do indivíduo como condicionante do próprio conhecimento. Silva (1988, p.131) simplifica a distinção entre ambos ao questionar o ponto de partida da pesquisa social: entre a **consciência** ou a **situação**. Enquanto Durkheim reiteraria o segundo, decorrente da existência autônoma e prévia dos factos sociais sobre o comportamento humano, o que põe em evidência a racionalização de uma ordem social anterior e exterior à vontade individual; Weber, por seu lado, reiteraria o primeiro, ao evidenciar a racionalização da ação social e das condutas humanas e a importância que essa compreensão assume para o funcionamento da sociedade. Nesse caso, a noção de “causalidade do social” é substituída por “imputação causal” (Javeau, 1997, p.25), precisamente no sentido de superar uma visão que muitos consideram determinista de linearidade causal pelas causas mais prováveis.

Contudo, a relação entre estas epistemologias é mais complexa do que aquela formulação aparenta. A sociologia compreensiva não nega a causalidade do social inerente a explicações de tradição durkheimiana, mesmo considerando a produção de subjetividades várias na construção da verdade científica (aqui pensando nas subjectividades dos indivíduos estudados como do próprio investigador). De acordo com Silva (1988), parece possível conceber vertentes de análise em que a **consciência** e a **situação** coexistem, dado que: a) ambas legitimam uma visão do conhecimento científico assente em premissas conciliáveis; b) não refutam como princípio a irreducibilidade do social ao individual que está na base da construção das ciências sociais; c) não deixam de considerar o princípio de ruptura epistemológica.

Em relação ao ponto a), cabe-nos dizer que qualquer prática assume o estatuto científico quando dotada de provas de validação da verdade por intermédio da sistematicidade (rigor e coerência interna, exaustividade da explicação proposta, presença de possibilidades heurísticas) e da operacionalidade (produção de previsões verificáveis através de modos concretos de construção e interpretação da informação) (Silva, Pinto, 1986).

Em relação ao ponto b), cabe-nos dizer que a existência real – exterior e autônoma – de ordens sociais pode constituir o princípio de quem procura a dimensão interpretativa inerente ao conhecimento científico. Falar nos sentidos da ação que tem como pressuposto a construção social da realidade (cf. Berger, Luckmann, 1966), não tem de ser incompatível com a visão de realidade da herança Durkheimiana. Esta afirmação exige algumas precisões sobre a visão construída do mundo. Por um lado, não refuta limites objetivos como os de natureza biológica, onde se incluem a adaptabilidade e inteligibilidade humanas. Por outro, pressupõe ordens sociais preexistentes resultantes da tipificação – ou institucionalização – de relações sociais que, a dado momento, ganham força histórica. Passa a ser objetiva quando preexiste a alguém, embora possa ser construída antes de existir enquanto tal. Neste caso, não é possível ignorar outras ordens sociais preexistentes a essa que condicionaram o seu surgimento. No fundo, trata-se de uma visão contra a reificação do real como objetivo tomado por oposição ao subjetivo (Fasching, 2012).

Em relação ao ponto c), a rutura com o senso comum – apropriações imediatas do real não acompanhadas por processos de verificação –, advocada por Gaston Bachelard (vd. Bourdieu, Chamboredon, Passeron, 1973), está presente mesmo na sociologia compreensiva. Refletir cientificamente sobre a interpretação exige semelhantes ruturas em relação àquelas que são operadas no âmbito da epistemologia durkheimiana, assim como um processo de autorreflexividade do investigador sobre o seu trabalho. Tanto é necessário um trabalho de rutura em relação às representações imediatas e às formações ideológico-doutrinárias como em relação às interpretações do investigador sobre os comportamentos dos sujeitos que estuda.

Este aspeto, contudo, volta a salientar diferenças entre estas duas tradições. Apesar de veicularmos que a herança weberiana tem condições de partir de uma prática racionalizadora sobre os seus procedimentos, o que habitualmente se considera circunscrito ao pensamento durkheimiano, subsiste como diferença o estatuto da interpretação. Falar na ordem causal dos acontecimentos, como o lugar de classe ou as trajetórias de vida que formam os mecanismos cognitivos da acção ('habitus' na terminologia de Bourdieu, 1986, ou 'disposições' na terminologia de Lahire, 2005), tende a

desconsiderar ou a relegar, para um lugar periférico, a importância dos modos individuais de atribuição de sentido a essa mesma ação. Como Weber (1983) fez notar inicialmente, discutido mais tarde por Boudon (2003), comportamentos semelhantes podem ter, na sua base, motivos diferentes que precisam de ser captados, sob pena de desvios de comportamento não serem corretamente compreendidos³. Para alguns, este processo de construção do real tem ancoragem no indivíduo, o que, de facto, não acontece. A produção do real enquadra-se já por estruturas limitadoras e possibilitadoras da ação, sendo precisamente daí que decorre a diversificação do real⁴.

No mapeamento destas correntes epistémicas, em especial após termos mencionado o trabalho de rutura epistemológica, convém deixar uma última referência à escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, entre outros). Embora a base desse pensamento tenha ancoragem na filosofia do conhecimento reivindicada pela epistemologia compreensiva (Cf. Silva, 1988), há uma diferença imediata que salientamos entre ambos: a relação entre conhecimento científico e senso comum. Como se sabe, a teoria crítica parte da ecologia entre o conhecimento científico e o conhecimento quotidiano. Trata-se da passagem de um monoculturalismo para um multiculturalismo que concebe a prática científica não como um olhar artificial sobre o real envolvendo um processo de distanciamento, rutura e verificação⁵. Embora um dos pressupostos mais fortes da escola de Frankfurt se prenda com o lugar de destaque conferido aos sujeitos, nisso à semelhança da sociologia compreensiva, o processo de não-ruptura com o senso comum conduz a uma diferença fundamental entre ambas: a visão da ciência como ideologia.

Neste sentido, embora o racionalismo advogado por Bachelard seja mais facilmente aplicado à tradição durkheimiana, na verdade, procurar o sentido na ação nos sujeitos não tem que anular os processos de vigilância epistemológica. Pelo contrário, tais processos têm mesmo forma de entrar na linha fenomenológica de Husserl (1983), como o exemplo da atitude fenomenológica transcendental, enquanto tradução de uma atitude de consciência que transcende a ação humana como puramente consciente e livre das experiências passadas.

Em proximidade ao discutido por Pinto (1994), esse procedimento exige uma rutura com pré-conhecimentos, sobretudo no modo como o investigador deve evitar posicionar a ação do sujeito observado num referencial diferente daquele que esteve na base da sua ação. Está em causa não procurar o que é o real em si, mas o fenómeno, portanto, o sentido orientador do comportamento.

Desafios metodológicos na sociologia interpretativa

Apesar de as abordagens qualitativas terem encontrado forte expressão entre a comunidade sociológica, sobretudo a partir das décadas de 1920 e 1930, com a chamada Escola de Chicago, apenas décadas depois encontramos os principais estudos na área da saúde que acabaram por se immortalizar até os dias de hoje (e.g. Steudler, 1974; Glaser, Strauss, 1967; Strauss et al., 1963; Goffman, 1961; Merton, Reader, Kendall, 1957). É de notar que esta tradição tanto anglófona como francófona acaba por se transpor igualmente para a comunidade científica luso-brasileira (vd. Ferigato, Carvalho, 2011; Antunes, Correia, 2009; Turato, 2005).

Qualquer investigador experiente em metodologias qualitativas, em especial as de maior intensidade na recolha da informação (e.g. observações continuadas no tempo ou entrevistas em profundidade), certamente sentiu a presença da interpretação. Referimo-nos à interpretação por parte do 'objeto de estudo' que assume o duplo estatuto de observado e observador, como à interpretação do investigador na recolha e tratamento da informação empírica.

³ Agir ou não agir tanto pode significar **querer/não querer** (mesmo tendo poder para isso) como **não poder** escolher. Mesmo no caso da escolha, podem estar diferentes motivações na sua base que motivam comportamentos significativamente distintos.

⁴ É óbvio que este processo não responde à eterna questão quanto ao ovo e a galinha. Mais do que procurar a resposta sobre o que surgiu primeiro, visamos dar maior clareza ao argumento de que a existência do real resulta da atribuição de significações. Isso tanto acontece ao indivíduo que reconhece uma ordem externa como válida ou não, como ao cientista socializado numa visão racionalizante do conhecimento científico dotado de instrumentos metodológicos e conceptuais para ler o real invisível.

⁵ Para uma confrontação desse debate no espaço lusófono, convidamos à já clássica referência a Boaventura de Sousa Santos (1999) e José Madureira Pinto (1984).

⁶ Aqui empregamos o termo 'método' num sentido amplo, que pressupõe não apenas as metodologias (estratégias) de recolha de informação mas, também, elementos de racionalização e de articulação entre estas e a dimensão teórica do conhecimento (Almeida, Pinto, 1976). Para aqueles que não entendem a presença inerente da interpretação em técnicas quantitativas e padronizadas, como no caso dos inquéritos por questionário, pense-se no modo como o investigador interpreta as técnicas de recolha de dados que melhor respondem aos seus objetivos; o modo como elabora as perguntas a públicos alargados; o modo como o seu objecto de estudo as entende e o modo como o investigador escolhe as técnicas de análise estatística entre as mais variadas opções.

Na verdade, a questão da interpretação deixou de ser aquela que, durante décadas, rotulou as metodologias qualitativas como de menor grau de cientificidade decorrente da forte dependência da subjectividade (entenda-se interpretação) do investigador, por comparação ao carácter momentâneo e de maior distância entre o investigador e o seu objecto de estudo no uso das metodologias quantitativas. Hoje em dia, há já consciência dos efeitos que a interpretação introduz em ambos os métodos, embora em sentidos diferentes⁶. Mesmo assim, inerente à especificidade dos procedimentos intensivos de recolha de dados, a questão da interpretação tem de ser alvo de racionalização no sentido reivindicado pelas visões do racionalismo científico da ciência kantiana (Pinto, 2007; Bourdieu, Chamboredon, Passeron, 1973).

Apesar da corrente fenomenológica, na esteira da sociologia compreensiva, considerar que a procura do sentido (da interpretação) pode ser encontrada ao nível societal, portanto na existência da realidade estável e objectiva partilhada em experiências – intersubjectividades –, colocam-se questões metodológicas acrescidas quando a escala de análise é a produção do sentido individual. Identificamos em, pelo menos, quatro níveis os desafios que a interpretação coloca na prática científica entendida segundo os moldes de cientificidade assentes na operacionalidade e sistematicidade:

1) Os desvios discursivos propositados e conscientes: em que o objeto de estudo mobiliza discursos artificiais em relação à sua prática quotidiana. Quanto maior a condição de outsider do investigador, mais possibilidades existem para esses desvios, embora seja necessário pressupor que qualquer técnica de recolha de dados produz esses efeitos;

2) Os aspetos não refletidos da ação: quando os sujeitos não sabem explicar os motivos para os seus comportamentos traduzindo a inculcação das aprendizagens (e.g. "Olhe, tenho muita dificuldade em responder", "não percebo a pergunta", "não sei...");

3) A necessidade de interpretar o sentido que os sujeitos dão à sua ação. Nesse caso, a sociologia compreensiva de Weber discute que os mesmos comportamentos podem ter diferentes motivos ("não poder fazer" é diferente de "não querer fazer"), ao passo que autores da fenomenologia, como Husserl e Schutz, destacam que mais importante do que procurar uma ordem real, deve-se saber o sentido significativo que as pessoas mobilizam para agir ou não agir;

4) A interpretação dos dados empíricos recolhidos sem o grau de aparente sistematicidade por comparação aos métodos quantitativos.

Mecanismos de validação científica e estratégias para lidar com a interpretação

Reiterando uma vez mais que a base epistémica da sociologia compreensiva ou fenomenológica não anula o primado da observação metódica e sistemática reivindicada pelo racionalismo científico, importa discutir que estratégias podem assegurar a validação científica. Dito de outro modo, a questão está em saber como garantir critérios de cientificidade quando se fala em experiências e ações marcadas pela construção individual do sentido entendido enquanto interiorização de exterioridades e exteriorização de interioridades, sabendo da (I) sedimentação contínua das aprendizagens sociais; (II) do papel da experiência e de vivências nos comportamentos e da inteligibilidade dos indivíduos (dimensão cognitiva dos comportamentos que elaboram e reelaboram estruturas mentais que ditam o 'fazer' ou 'não fazer', 'querer' ou 'não querer')⁷.

⁷ Deixa-se, como proposta de leitura, Correia (2012), onde se sintetiza alguma da complexidade em torno dos debates sociológicos sobre a ação envolvendo autores como Pierre Bourdieu, Margaret Archer, Raymond Boudon ou Jaques Hamel.

O primeiro mecanismo de validação científica é a racionalização sobre o objeto de estudo como objeto-sujeito. Como foi dito anteriormente, está em causa reconhecer que os sujeitos observados elaboram juízos de valor e percepções sobre o investigador. Isso coloca o desafio de o investigador saber que não apenas lida com contextos de interação que necessita entender o quanto antes, como também suscita a necessidade de procurar a produção de sentido que os sujeitos elaboram sobre o seu real significativo. Afinal, não é a sua visão que interessa, mas perceber a visão daqueles que produzem os contextos que o investigador se propõe descortinar. Em certo sentido, é por intermédio desta racionalização que o investigador consegue encontrar, no espaço empírico, o sentido dos conceitos e teorias que procura. Caso contrário, as relações sociais observadas e os discursos captados mostram-se indicifráveis e presos a uma aparente arbitrariedade. Uma vez mais, está presente a construção de Popper e Kuhn sobre o conhecimento científico enquanto abstração do real, e não o real em si mesmo (vd. Silva, 1988).

Esta racionalização sobre o objeto de estudo conduz-nos a um outro aspeto do debate. Haverá forma de procurar, nas metodologias qualitativas, paralelo aos inúmeros procedimentos técnicos validados e reconhecidos como regras elementares para o sucesso das pesquisas, como acontece nas metodologias extensivas tendencialmente quantitativas? Acreditamos que a resposta é, simultaneamente, sim e não. Não, porque a padronização intrínseca a técnicas que não dependem diretamente da interação quotidiana para a recolha de dados não tem forma de ser transposta para os desafios que a especificidade que entrevistas em profundidade ou observações continuadas colocam. Sim, porque dizendo respeito a metodologias de base científica, a comunidade académica deverá partilhar um mínimo de procedimentos e condutas que ditem à partida quais as melhores e piores condições de exequibilidade da pesquisa. Além disso, outro paralelo entre metodologias qualitativas e quantitativas é a aprendizagem e a necessidade de treino para a rotinização das competências metodológicas. Do mesmo modo que ninguém poderá saber quais os procedimentos estatísticos apropriados sem um profundo treino académico, a condução de entrevistas ou observações colocam precisamente a mesma necessidade de formação especializada. A diferença está no tipo e natureza de competências a serem adquiridas. No caso das metodologias qualitativas, em concreto as que exigem tempos de contacto alongados entre investigador e objeto de estudo, deverão ser mobilizadas competências relacionais e de interação, além de um conhecimento prévio sobre a unidade de análise (e.g. determinado contexto geográfico ou grupo profissional). Obviamente que a aquisição destas competências não passa pelos princípios da lógica dedutiva introduzidos por Popper (1992) e que servem de base ao raciocínio das relações estatísticas (de modo simples: se $A = B$ e $B = C$, logo, $A = C$). Embora possa parecer que estamos a falar de competências que pouco ou nada dizem respeito ao estatuto científico, é essencial que o investigador tenha em consciência a dupla avaliação em jogo (do investigador para os sujeitos e destes para o investigador) orientando, consequentemente, os seus discursos e silêncios (o que dizer ou não dizer), permanências e ausências (estar ou não estar). Obviamente, que não é possível procurar, num manual, o que fazer ou evitar fazer, desde logo porque muitas das regras são específicas e intransponíveis entre diferentes contextos e grupos sociais. A regra elementar que defendemos para a validação científica é, precisamente, a capacidade do investigador para racionalizar sobre seus processos de interação quando da recolha de dados.

O segundo mecanismo é a articulação entre a produção discursiva dos sentidos e a compreensão dos contextos de interação. Longe de estar a propor quais as técnicas de recolha de dados para essa articulação, o que, por si só, constituiria a negação da cientificidade qualitativa, a capacidade de associar o que os sujeitos dizem aos seus contextos de interação constitui um passo fundamental para o maior rigor metodológico. Se, por um lado, entrevistas sem a realização prévia de observações deixam o investigador dependente de acreditar que aquilo que é dito constitui as práticas correntes; por outro, a observação sem entrevistas não permite captar, com a sistematicidade necessária, o sentido por detrás dos comportamentos previamente observados. Como referido por Castro (2012) sobre a fenomenologia de Schutz, o investigador não pode pressupor os comportamentos dos sujeitos que observa com base na sua própria visão da realidade quando o seu objetivo é discutir o sentido orientador das ações dos outros.

Como disse, pouco importa quais as técnicas que se articulam ou se é necessária essa articulação. Importa é o investigador ter a noção de que **falar** e **fazer** são duas dimensões não inteiramente

coincidentes nas interações sociais. Além disso, se um projeto científico tem como princípio a inerência do sentido na construção do real, metodologicamente não se podem inferir motivos de comportamentos sem se saber quais os motivos efetivos; do mesmo modo que deve ter consciência dos desvios inerentes à construção dos discursos. Não nos referimos, particularmente, aos erros de língua vistos à luz Freudiana como consequências ao nível da psique, mas a toda a construção produzida em contextos de interação com pessoas estranhas, como o caso da entrevista (vd. Goffman, 1969, 1981). Note-se que o nosso argumento não é o maior grau de artificialidade dos discursos por comparação aos comportamentos, mas que o entendimento mais objectivo do que **é feito e por que é feito** passa pela articulação de técnicas que permitam filtrar essa artificialidade o mais possível. Quanto mais prolongada for a relação do investigador com o seu objeto de estudo, mais condições existem para atingir um nível de confiança sobre a naturalidade dos comportamentos que observa e das conversas a que assiste.

O terceiro mecanismo é a racionalização sobre as condições sociais de produção do conhecimento. Em alguns dos incontornáveis e mais importantes trabalhos de reflexão epistemológica sobre o método qualitativo (e.g. Costa, 1986; Burgess, 1982)⁸, a pesquisa é encarada como um processo social, ou seja, contém um carácter processualista na dependência estrita com o investigador. Afirmar que a pesquisa depende, em larga medida, de quem a produz não nos deve remeter, uma vez mais, para o debate do suposto menor grau de cientificidade do método qualitativo por comparação a técnicas de recolha de dados com carácter pontual e circunscrito. A questão é, precisamente, a oposta: mais a recolha de dados depende do investigador, mais possível se torna afinar seus processos e adaptá-los ao objeto em estudo para, dessa forma, maximizar a recolha de dados indo além da mera descrição de factos e acontecimentos. Nesse processo é essencial que se opere uma racionalização sobre as condições sociais de produção do conhecimento, como, por exemplo: o papel da interferência na pesquisa, as resistências encontradas e as estratégias adotadas para melhor lidar com as especificidades do objeto de estudo. Fazer acompanhar trabalhos de pesquisa qualitativa destes elementos ultrapassa um carácter ritualista e desprovido de importância académica. Essa racionalização permite, não só aos pares, aferir dimensões fundamentais sobre as condições sociais de acesso, recolha e tratamento dos dados empíricos, como conduz o investigador a um estado de vigilância crítica sobre as suas opções. Sabendo que parte significativa dos processos vividos na fase de recolha é intransponível e irrepetível, o investigador deve deixar explícito todos os elementos que ditaram o curso da sua pesquisa, não apenas tendo em vista a possibilidade de validação inter-pares ao nível da coerência dos procedimentos face aos objetivos, como para o próprio investigador ponderar as melhores formas de obter os dados que necessita em função das condicionantes a que está sujeito.

Traçados estes três mecanismos fundamentais para a validação científica no âmbito de pesquisas de natureza qualitativa, importa realçar algumas das estratégias para lidar com a interpretação e rentabilizá-la a favor dos objetivos da pesquisa. Afinal, uma das potencialidades de estudos qualitativos é a densidade de dados empíricos, o que inclui a possibilidade de manipulação sobre o objeto de estudo no sentido de maximizar a informação recolhida⁹.

Como afirmado anteriormente, este trabalho insere-se na esteira da epistemologia interpretativa ao nível da inerência da interpretação nas relações sociais e na própria produção de conhecimento científico. Um dos pressupostos a clarificar é como garantir uma prática científica dotada dos devidos controlos

⁸ Remete-se para a leitura da nota 6.

⁹ O uso da palavra manipulação não diz respeito ao entendimento de manuseamento físico, mas de levar o outro a fazer algo que é nosso objetivo por intermédio do que é dito ou como é dito. Esta ideia de manipulação está muito presente no caso de metodologias qualitativas prolongadas, em que o investigador está na posse de conhecimentos sobre os contextos de interação e sobre os próprios sujeitos, permitindo-lhe introduzir, de forma consciente, desvios em função do que pretende analisar. No fundo, estes desvios devem ser alvos de uma profunda ponderação em função das consequências que podem produzir na relação com os sujeitos.

epistemológicos de ruptura e vigilância, ao mesmo tempo em que se retiram do real os elementos interpretativos necessários para melhor compreendê-lo. Insistimos na compatibilização entre a sociologia interpretativa e o primado epistemológico da observação metódica e sistemática reivindicado por Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1983). No caso de pesquisas qualitativas, a questão a saber é como potencial técnicas de interação social com os critérios de cientificidade preconizados pelo racionalismo científico.

A respeito de algumas das estratégias que enunciaremos em seguida, estas resultam de uma experiência específica de investigação (Correia, 2012). Mais do que apresentá-las como fórmulas apriorísticas, constituem formas de racionalização com potencialidades heurísticas sobre a recolha de dados por intermédio de técnicas que exigem um contato próximo entre o investigador e o seu objeto de estudo, como no caso de observações contínuas e entrevistas em profundidade. Ao contrário de centrar o olhar do leitor nas nossas experiências empíricas, o entendimento que temos a respeito destes exemplos é contribuir para a partilha de reflexões metodológicas epistemologicamente orientadas. A verdade é que a utilização de técnicas de recolha de dados com estas especificidades está muito mais presa à sensibilidade e características individuais dos investigadores do que a uma base de entendimento comum sobre alguns dos pressupostos que devem ser discutidos. Daí procurarmos contribuir para um maior grau de sistematicidade e de operacionalidade à metodologia qualitativa.

a) o caso da observação

Para efeitos de racionalização sobre a interpretação, sintetizamos quatro estratégias na aplicação de observações continuadas:

- **Distanciamento:** na esteira do argumentado por Lévi-Strauss (1993), a observação de realidades distintas tem condições para assumir critérios de objetividade científica enquadrada nos princípios kantianos atrás descritos. A análise do novo, do inesperado e do surpreendente desperta uma curiosidade sobre a diferença (cultural, política, ou outra), que leva à procura não apenas da descrição dos fenómenos, como também da sua explicação. O argumento-base é que choques culturais ou meros acontecimentos que fogem ao esperado permitem elaborar uma racionalização capaz de decifrar até as causas sociais além do sentido orientador da conduta humana. O desafio coloca-se nos contextos de observação que não despertam tanta estranheza e em que a ilusão da transparência e familiaridade do social acaba por dificultar esse distanciamento.

- **Rotinização:** associada à transparência, permite controlar, em simultâneo, a interpretação dos sujeitos em estudo e do próprio investigador. No caso dos primeiros, quanto mais o investigador se dá a conhecer e a conhecer os motivos da sua presença, maior a confiança se deposita em si e no seu trabalho. Barreiras inicialmente intransponíveis vão-se superando à medida que o investigador for sendo capaz de naturalizar a sua presença, mostrando que o seu objetivo não é avaliar, julgar ou malizar. O processo de aprendizagem mútua que envolve o observador e o observado tem o benefício de esbater preconceitos e desconfianças que introduzem artificialidade nos atos e nos discursos. No caso do investigador, a rotinação permite encontrar as ordens sociais dos processos que observa. O que inicialmente se vislumbra como incerto, arbitrário e sem sentido, pela rotinação torna-se ordenado e dotado de sentido.

- **Transparência:** relacionado com a estratégia anterior, o sentimento de transparência é fundamental para quem está sendo observado. O investigador deve, o quanto antes, ter uma postura explícita sobre o seu objetivo e o seu papel de não avaliar nem tomar partido por grupos ou contextos. Enquadrado na epistemologia fenomenológica (para sínteses, ver Casto, 2012 ou Fasching, 2012), mais do que procurar uma suposta verdade ou as normatividades do real, o investigador deve se concentrar no sentido orientador das práticas que constroem aquele real. Inerente a esta questão enumera-se ainda a **equidistância**, em que o investigador nunca pode dizer, legitimar ou sancionar as práticas e comportamentos que observa. Tão grave como constranger os comportamentos é incentivá-los. O propósito deve ser apenas registrar o curso da ação. Falar em transparência não deve, contudo, ser confundido com explicitar os reais objetivos da pesquisa, precisamente por isso poder vir a introduzir

desvios às interações habituais. Neste aspeto não haverá mesmo forma de predizer qual a melhor estratégia dependendo do caso. No curso da nossa pesquisa optámos por filtrar muito da informação verdadeira sobre o objeto de estudo até o momento em que sentimos que isso estaria a introduzir barreiras intransponíveis nos contatos diários. Depois de cerca de seis meses de observação, a opção foi transmitir elementos sobre as questões do estudo garantindo, em qualquer caso, que não havia, da nossa parte, qualquer preferência ou juízo de valor sobre o que observávamos.

- **Avaliação contínua do 'jogo'**: aplicamos a palavra 'jogo' no sentido definido por Crozier e Friedberg (1977), em que deve haver uma ponderação constante entre o fazer e não fazer em função das regras e dinâmicas de cada contexto. A observação nem sempre é passiva e invisível, tendo o investigador de tomar certas iniciativas caso considere necessário. No caso da nossa experiência, e perante portas que estavam sucessivamente fechadas, remetendo a observação por dias intermináveis para os corredores, certo dia, a opção foi bater à porta e entrar numa das salas. É óbvio que a escolha do momento e das pessoas que estavam presentes não foi fortuita e constituiu o primeiro passo para que outras portas se abrissem depois disso. Outras avaliações dizem respeito às pessoas com quem procuramos estar, no sentido de facilitar a permanência nesses contextos; outras, ainda, ao modo como nos direcionamos às pessoas; a atenção e interesse manifestado no que nos é transmitido, entre outros. Pelas mesmas razões, pode haver a necessidade de não estar presente ou de não falar, por considerarmos que isso pode comprometer os critérios de transparência e equidistância atrás referidos.

b) o caso das entrevistas em profundidade

No caso das entrevistas em profundidade, deparamo-nos com três estratégias fundamentais para a racionalização sobre a interpretação:

- **Transparência**: pelos mesmos motivos que nas observações. No caso de as entrevistas serem aplicadas sem a complementaridade de outras técnicas, acresce, ainda, a necessidade de se condensarem, nos momentos prévios à entrevista, todas as estratégias que permitam diminuir o efeito de desconfiança e de julgamento que o entrevistado possa sentir da parte do entrevistador. Igualmente importante de evitar é que o entrevistado manifeste opiniões por insistência do entrevistador em querer obter uma resposta. "Não sei" pode ser tão conclusivo como qualquer outra resposta, pelo que o objetivo será procurar os motivos para essa ausência de resposta.

- **Hipóteses contrafactuais**: de acordo com Venesson (2008), são hipóteses que visam assegurar um conhecimento mais rigoroso das hipóteses que efectivamente estão a ser testadas, e cuja existência permite ir descartando possibilidades que podem estar a confundir as relações em presença. Por exemplo, um procedimento habitual aplicado nas entrevistas e nas conversas informais foi perguntar, não só o porquê de alguma coisa acontecer, mas, também, o porquê disso não acontecer. O raciocínio pela negação muitas vezes obriga a um exercício mental que rompe com o esperado e inculcado. No fundo, são estratégias para a autorracionalização da ação por parte dos sujeitos perante respostas como: "olhe, tenho muita dificuldade em responder", "não percebo a pergunta", "não sei..."

- **Avaliação contínua do 'jogo'**: o conhecimento das condições objetivas de ação (contexto) e das condições de trajetória dos sujeitos (causas sociais dos comportamentos) necessita que se conheça a produção do sentido por parte dos próprios sujeitos (o que eles fazem, por que o fazem, e o que esperam). No entanto, e perante inúmeros casos em que discursos permaneciam blindados ou remetiam apenas para lugares comuns, os pré-testes das entrevistas deram-nos a convicção da necessidade de conhecer previamente os contextos de interação, sob pena de não conseguirmos penetrar em estratégias racionalizadoras de artificialidade do discurso. Além da óbvia confiança que tem de ser garantida entre entrevistador e entrevistado, é também necessário ilustrar determinadas perguntas por referência a pessoas e situações concretas para alcançarmos esse grau de profundidade nas respostas. Neste sentido, a nossa estratégia foi preparar cada entrevista à luz das informações prévias retiradas das notas de campo, para as utilizar em contexto de entrevista quando necessário. Muitas vezes, não estão em causa filtragens conscientes por parte dos entrevistados, mas falhas de memória. Ao trazermos determinados exemplos, conseguimos, assim, recriar certos acontecimentos que facilitam a racionalização sobre determinados comportamentos.

Conclusão

Existem clivagens entre metodologias quantitativas e qualitativas insuperáveis, nomeadamente as que decorrem das suas especificidades epistemológicas e técnicas, enquanto outras podem ser esbatidas, como as assimetrias de debates. É justo dizer que a existência de uma alargada oferta de manuais e textos de reflexão sobre procedimentos estatísticos ou outros contrasta com a menor produção sobre os usos e experiências no âmbito qualitativo. Contudo, e em ambos os casos, explicitar as condições metodológicas revela-se incontornável, sendo essa necessidade mais premente no caso da metodologia qualitativa, por dois motivos. O primeiro, devido à tendencial inexistência de referenciais metodológicos que permitam uma base alargada de procedimentos previamente validados pela comunidade científica. Com isto não nos referimos a fórmulas apriorísticas a serem aplicadas independentemente dos contextos. Muito pelo contrário, essa é uma diferença intransponível entre a lógica dedutiva dos procedimentos matemáticos e as interações sociais inerentes a técnicas de recolha de dados com proximidades – e mesmo intimidades – entre o investigador e o seu objeto de estudo. O segundo motivo decorre da própria natureza do conhecimento produzido por intermédio de metodologias qualitativas. Estas não se circunscrevem ao programa epistémico da sociologia compreensiva ou fenomenológica, embora tais epistemologias encontrem na **qualidade** melhor tradução sobre o sentido produzido do real do que por intermédio da **quantidade**. Como afirmamos, a interpretação é inerente ao real, inclusive à ciência, mesmo a de base quantitativa. O que isto traduz é a crescente necessidade de nos debruçarmos, cada vez mais, sobre um debate metodológico epistemologicamente orientado sobre o papel da interpretação na produção de conhecimento científico (interpretação do investigador), como na recolha de dados em interações sociais (interpretação do objeto de estudo). Neste texto procuramos dar um contributo nesse sentido, tendo discutido não só os desafios metodológicos associados à interpretação, como os mecanismos de validação científica no âmbito da interpretação, e, ainda, algumas estratégias resultantes de uma pesquisa recentemente concluída para melhor concretizar tais mecanismos. No fundo, a nossa conclusão é de que a interpretação, além de ser um veículo de conhecimento fundamental sobre o real, quando devidamente controlada por procedimentos científicos, não ameaça os critérios de cientificidade consagrados – sistematicidade e operacionalidade – servindo, pelo contrário, para atingir estádios de saber mais profundos.

Referências

- ALMEIDA, J.F.; PINTO, J.M. **A investigação nas Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1976.
- ANTUNES, R.; CORREIA, T. Sociologia da saúde em Portugal: contextos, temas e protagonistas. **Sociol. Probl. Prat.**, n.61, p.101-25, 2009.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality**. New York: Doubleday & Company, 1966.
- BOUDON, R. **Raison, bonnes raisons**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.
- BOURDIEU, P. Habitus, code et codification. **Actes Rech. Sci. Soc.**, v.64, p.40-4, 1986.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. **Le métier de Sociologue: préalables épistémologiques**. Paris: Mouton, 1973.

- BURGESS, R. **Field research**: a sourcebook and field manual. London: George Allen & Unwin, 1982.
- CASTRO, F. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. **Cienc. Soc. Unisinos**, v.1, n.48, p.52-60, 2012.
- CORREIA, T. **Medicina**: o agir numa saúde em mudança. Lisboa: Mundos Sociais, 2012.
- COSTA, A.F. A pesquisa de terreno em Sociologia. In: SILVA, A.S.; PINTO, J.M. (Orgs.). **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 1986. p.129-48.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. **L'acteur et le système**: les contraintes de l'action collective. Paris: Editions du Seuil, 1977.
- DURKHEIM, É. **Les règles de la méthode sociologique**. Paris: PUF, 1968.
- FASCHING, W. Intentionality and presence: on the intrinsic of-ness of consciousness from a transcendental-phenomenological perspective. **Husserl Studies**, v.28, n.2, p.121-42, 2012.
- FERIGATO, S.H.; CARVALHO, S.R. Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. **Interface (Botucatu)**, v.15, n.38, p.663-76, 2011.
- GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. Chicago: Aldine, 1967.
- GOFFMAN, E. **Asiles**. Paris: Minuit, 1961.
- _____. **The presentation of self in everyday life**. Harmondsworth: Penguin, 1969.
- _____. **Forms of talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- HUSSERL, E. **Ideas pertaining to a pure phenomenology and to a phenomenological philosophy**: first book. The Hague: Martinus Nijhoff, 1983.
- JAVEAU, C. **Lições de Sociologia**. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- LAHIRE, B. Patrimónios individuais de disposições: uma sociologia à escala individual. **Soc. Probl. Prat.**, n.49, p.11-42, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Regarder, écouter, lire**. Paris: Plon, 1993.
- MERTON, R.K.; READER, G.G.; KENDALL, P.L. (Eds.). **The student-physician**: introductory studies in the sociology of medical education. Cambridge: Harvard University Press, 1957.
- PINTO, J.M. **Indagação científica, aprendizagens escolares, reflexividade social**. Porto: Afrontamento, 2007.
- _____. **Proposta para o ensino das Ciências Sociais**. Porto: Afrontamento, 1994.
- _____. Questões de metodologia sociológica (II). **Cad. Cienc. Soc.**, v.2, p.11-40, 1984.
- POPPER, K. **The logic of scientific discovery**. London: Routledge, 1992.
- SANTOS, B.S. Por que é tão difícil construir uma teoria crítica? **Rev. Crit. Cienc. Soc.**, n.54, p.197-215, 1999.
- SILVA, A.S. **Entre a razão e o sentido**: Durkheim, Weber e a teoria das Ciências Sociais. Porto: Afrontamento, 1988.
- _____. A ruptura com o senso comum nas ciências sociais. In: SILVA, A.S.; PINTO, J.M. (Orgs.). **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 1986. p. 29-53.
- SILVA, A.S.; PINTO, J.M. Uma visão global sobre as ciências. In: _____. (Orgs.). **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 1986. p.9-27.

- STEUDLER, F. **L'Hôpital en observation**. Paris: Armand Colin, 1974.
- STRAUSS, A. et al. The hospital and its negotiated order. In: FREIDSON, E. (Ed.). **The hospital in modern society**. New York: The Free Press, 1963. p.147-69.
- TURATO, E.R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saude Publica**, v.39, n.3, p.507-14, 2005.
- VENNESSON, P. Case studies and process tracing: theories and practices. In: DELLA PORTA, D.; KEATING, M. (Orgs.). **Approaches and Methodologies in the Social Science: a pluralist perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p.240-62.
- WEBER, M. **Fundamentos da Sociologia**. Porto: Rés Editora, 1983.

CORREIA, T. Interpretación y validación científica en la investigación cualitativa. **Interface (Botucatu)**, v.17, n.45, p.263-74, abr./jun. 2013.

Se discuten implicaciones metodológicas de la epistemología comprensiva y fenomenológica y mecanismos para su validación científica. Buscar en los individuos el sentido de acción (qué hago; por qué lo hago) da visibilidad a desafíos de la práctica científica, principalmente las condiciones de producción de conocimiento y el acceso y las interacciones con el objeto de estudio. Especialmente, en el caso de estrategias metodológicas intensivas, no solo el investigador se dirige hacia una interacción en donde la observación recae sobre sí, como también tiene que saber cómo des-construir narrativas blindadas por ideas comunes. La solución está en una articulación metodológica capaz de asociar la producción individual de sentido de la acción a las condiciones objetivas del contexto. En estos casos, la validación científica está muy vinculada a la racionalización sobre las condiciones de acceso y permanencia en el campo empírico y a la producción discursiva, presentando estrategias más racionales y aptas para enfrentar la interpretación.

Palabras clave: Interpretación. Epistemología. Investigación cualitativa. Validación científica.

Recebido em 14/11/12. Aprovado em 18/02/13.